



41

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2010

definição de conclusões, precisamente por faltarem elementos comparativos para o espaço nacional.

A obra de Hugo Ribeiro da Silva tem, inquestionavelmente, estas duas marcas indeléveis: o facto de ser o primeiro estudo aprofundado das instituições capitulares em Portugal, particularmente em Coimbra; e a de abrir horizontes para a análise da vasta documentação, ainda virgem, que aguarda uma profunda abordagem, como forma de caracterizar estas instituições eclesiais e de as integrar no contexto socioeconómico do Portugal Moderno, para nos referimos apenas a este período da nossa história.

Carlos Alberto da Graça Godinho

Doutorando em História Moderna da FLUC

António Eduardo Veyrier Valério Maduro, *Cister em Alcobaca. Território, Economia e Sociedade (séculos XVIII-XX)*, Maia, Edições ISMAI, 2011, 716 pp.

A obra que António Maduro apresenta aos especialistas em História Agrária bem como aos interessados em pensar, de forma consistente, os problemas do mundo rural, constitui o fruto de um projecto de investigação que conduziu à feitura da sua tese de doutoramento. Este livro carrega, entretanto, os resultados de uma pesquisa e reflexão que o autor vem desenvolvendo há longo tempo e de cujos frutos nos dá conta a sua significativa produção bibliográfica, dirigida sobretudo às questões do património material e imaterial do mundo rural.

No seu percurso historiográfico, António Maduro tem revisitado temas clássicos da história da agricultura na esteira de Orlando Ribeiro, Ernesto Veiga de Oliveira ou Vieira Natividade. Neste campo inserem-se os seguintes títulos: *A Produção de Azeite nas Terras de Alcobaca. Economia, Tecnologia e Relações Sociais – Séculos XVII a XX* (2002); *O Conjunto de Fornos de Cal de Pataias* (2003); *A cultura do olival e da vinha, motor do desenvolvimento agrário alcobacense (séculos XVIII-XIX)*, (2009). Da produção historiográfica deste autor constam igualmente assuntos investidos de uma forte componente de inovação como o estudo das questões da água, campo temático actualmente trilhado pela denominada história ecológica, de que é exemplo a sua tese de mestrado: *O Problema da Água na Cultura Material e Simbólica das Comunidades do Sopé Oeste da Serra dos Candeeiros* (2000).

Um historiador não se distingue apenas pela sua capacidade de consolidar áreas de investigação tradicionais, ousando, ao mesmo tempo, desbravar

novos caminhos. A sua qualidade afere-se igualmente, ou sobretudo, pela sua capacidade de apreender e compreender a complexidade do real. Boaventura de Sousa Santos, numa obra intitulada *A gramática do tempo* apresenta um novo paradigma epistemológico que denomina “A ecologia de saberes”, forma de construir saber que se exerce “pela busca de convergência entre conhecimentos múltiplos”, os de natureza científica, elaborados por académicos, e vertidos em livros científicos, mas também os decorrentes de práticas, por vezes ancestrais, observáveis em gestos quotidianos e reproduzidos pela memória oral. Para a elaboração da sua tese de doutoramento António Maduro convocou, de facto, uma ecologia de saberes – os académicos provenientes das áreas da história, da geografia, da agronomia e da antropologia, em contínuo diálogo transdisciplinar – e os de experiência feitos: saberes ancestrais que o autor apreendeu, desde a sua infância, no contacto com o mundo rural alcobacense e que lhe permitiram, mais tarde, quando assumiu o papel de investigador, aguçar o olhar sobre as práticas agrícolas e colocar as perguntas certas aos portadores dessas memórias: os sobreviventes de um mundo rural em extinção, “os heróis” da vida árdua dos campos.

A obra organiza-se em seis capítulos intitulados: I. Exploração e transformação da paisagem florestal; II. A pecuária; III. As culturas cerealíferas; IV. A cultura da oliveira; V. A cultura da vinha; VI. As árvores frutíferas. Inclui ainda um extenso (100 pp.) e utilíssimo glossário, e um apêndice com informação referente a “Fontes para a História da vida dos lagares do azeite do Mosteiro” e “Fontes para a História da vida dos moinhos do Mosteiro”. O texto é ilustrado com fotografias, desenhos, mapas e gráficos.

O tema central em análise neste livro é o ecossistema agrário dos coutos alcobacenses, isto é, a combinação de componentes físicas, técnicas e sociais de um processo de produção e transformação de produtos agrícolas. Este complexo sistema agrário implantou-se no território dos coutos alcobacenses no século XII, perdurando algumas das suas componentes até finais do século XIX, tendo como principais arquitectos os monges agrónomos cistercienses. Os frades ordenaram o território a partir de uma matriz geológica e paisagística marcada pela diversidade, geradora de complementaridade e de autarcia económica. Com efeito, neste prodigioso mosaico alcobacense – composto por floresta, terras de monte, de encosta, de campo, e espaços litorâneos – desenvolveu-se a agricultura, em estreita articulação com a pecuária, e geraram-se os recursos materiais que permitiram o fabrico de muitos dos instrumentos utilizados na produção, transporte e transformação de produtos agrícolas. A reserva senhorial era praticamente auto-suficiente, carecendo apenas de mão-de-obra, em épocas de trabalho agrícola mais intensivo, bem como de alguns recursos pecuários.

A opção de análise deste mundo rural alcobacense centrou-se nas componentes estruturais e de longa duração. Utilizando a linguagem de Fernand Braudel podemos dizer que esta obra privilegiou “o rés-do-chão da vida de todos os dias, onde a rotina prevalece”. O autor evidencia as permanências e as continuidades; revelando, igualmente, pontos de ruptura e descontinuidades.

Com efeito, o estudo inicia-se nos princípios do século XVIII, momento em que o agrossistema dos coutos alcobacenses regista um reordenamento da arquitectura agrária e das técnicas de transformação provocado pelo cultivo do milho grosso e pela expansão do olival. Assimilada a “revolução do milho”, as mudanças que se operam no sistema agrário alcobacense, até meados do século XIX, constituem meros reequilíbrios estruturais. Sinais evidentes de desestruturação do sistema senhorial, e de implantação tardia de relações capitalistas, afirmam-se apenas a partir de finais de oitocentos, quando o pinhal ocupa o espaço das matas de carvalho e de sobre e a nova vinha pós-filoxera se afirma como cultura central. Estas mudanças no ordenamento agrário e paisagístico interligam-se com a introdução das inovações técnicas típicas de uma sociedade industrial (os adubos químicos e as máquinas agrícolas) e com o estabelecimento de uma maior interacção entre o mundo alcobacense e o exterior, que põe sobretudo em perigo a floresta, cuja madeira é drenada pelo comboio americano para os portos do litoral estremenho.

Cister em Alcobça assume-se como um contributo valiosíssimo para o conhecimento das técnicas de produção e transformação (nos sectores da floresta, das culturas cerealíferas, da vinha, do olival e das frutas) utilizadas no território alcobacense durante um longo arco temporal, que mergulha no Antigo Regime económico e desagua numa “modernidade agrícola” que se revela desestruturante de muitos equilíbrios sociais e ecológicos.

Como já afirmámos, a lavoura que conduziu à maturação deste fruto, que agora se apresenta à apreciação dos leitores, processou-se sob o signo do tempo longo, a única focal que permite captar o perdurável e o efémero, as continuidades e as rupturas, o que permanece quando tudo parece mudar.

Esta metodologia implicou a exploração de vastíssimos e heterogéneos núcleos documentais. Um desses fundos foi o constituído pelos livros notariais cuja exploração permitiu concluir que a vida agrária nos coutos de Alcobça se ordenou num quadro estável de relações sociais de propriedade, criado pelos monges e perdurando após a extinção do senhorio, na sequência das reformas liberais. Esta configuração jurídica da propriedade evidenciou-se na estrutura dos campos, marcada por dois tipos de exploração: a grande exploração intensiva, praticada nas granjas dos monges, e a pequena exploração exercida num quadro de regime jurídico enfiteútico. Esta dicotomia sobreviveu à extinção

do senhorio, dado que, após a saída dos monges, as granjas passaram para a mão de um punhado de notáveis locais, permanecendo a pequena lavoura popular asfixiada por pesados encargos e exigências tributárias impeditivas do investimento em melhorias técnicas e consequentes ganhos de produtividade. Este livro inclui, assim, abundante evidência empírica para a compreensão dos constrangimentos da agricultura portuguesa nos séculos XIX e XX.

A história rural é um campo historiográfico que vem a renascer progressivamente das cinzas para onde foi atirada por algumas modas historiográficas de sucesso mais fácil. Este renascimento acompanha a afirmação de uma consciência crítica sobre as práticas agrícolas predadoras dos recursos ambientais e inimigas de um planeta sustentável.

António Maduro consolida nesta obra uma faceta que obras anteriores já tinham revelado: o domínio de um manancial prodigioso de saberes relativos ao funcionamento holístico do mundo rural e uma especial aptidão para compreender a vida agrária. Por este motivo, esta obra merece ser lida, reflectida e, na medida do possível, replicada para outros espaços.

Margarida Sobral Neto

Universidade de Coimbra

mneto@fl.uc.pt

Maria do Rosário Castiço de Campos, *A Lousã no século XVIII. Redes de Sociabilidade e de Poder*, Coimbra, Palimage, 2010, 402 pp.

O livro que aqui se apresenta, intitulado *A Lousã no século XVIII. Redes de Sociabilidade e de Poder*, resulta da tese de doutoramento de Maria do Rosário Castiço de Campos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2003.

O prefácio da autoria de Joaquim Ramos de Carvalho e Margarida Sobral Neto, de certo modo antecipa esta apresentação, chamando a atenção para a qualidade do estudo, salientando, nesse exercício, os principais aspectos do livro, dos quais destacamos a metodologia inovadora, que consideramos o grande mérito da obra. Como refere a autora na introdução, este trabalho assenta numa “base de dados relacional e na aplicação das premissas subjacente à metodologia de análise de redes, a network analysis” inserida na perspectiva da micro-história. Esta metodologia foi imprescindível para o cruzamento das informações oriundas de fontes de natureza diversa, nomeadamente: registos paroquiais, Habilitações do Santo Ofício, Leitura de Bacharéis, Chancelaria